

FORMAS DE REFERENCIAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Maria Alice Mota¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é investigar a variação das formas de referenciação. Este estudo possibilita revelar características socioculturais das comunidades pesquisadas. A metodologia de tratamento dos dados é a Teoria da Variação integrada à análise das redes de relações sociais dos informantes. A amostra analisada é composta de vinte e quatro entrevistas com moradores de duas áreas geográficas distintas e índices de população e desenvolvimento humano diversos. Os resultados mostram que, na comunidade de menor índice populacional, é mais frequente o uso de pronomes morfologicamente modificados. Atribuem-se os resultados ao grau de densidade das redes identificadas nas comunidades analisadas.

Palavras-chave: Referenciação. Variação. Redes.

Introdução

Segundo Benveniste (2005), a língua deve ser considerada, primordialmente, como uma forma de comunicação que possui, entre outras funções, a de descrever e denominar a realidade na qual está inserido o processo de enunciação. Esse processo diz respeito ao ato individual de mobilização da língua. Ou seja, a língua é posta em funcionamento e o locutor seleciona os

¹ Mestre em Linguística. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE – UFMG. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Departamento de Comunicação e Letras. E-mail: alicemta@yahoo.com.br

Revista Língua & Literatura	Frederico Westphalen	v. 14	n. 23	p. 147- 169	Dez. 2012. Recebido em: 06 nov. 2012. Aprovado em: 03 dez. 2012.
-----------------------------	----------------------	-------	-------	-------------	--

elementos linguísticos que lhe são convenientes para expressar-se (BENVENISTE, 2005, p. 229).

Dessa maneira, nas interações verbais, locutor e interlocutor adotam uma diversidade de atitudes que apontam para diferentes perspectivas com as quais irão coincidir, aproximar-se ou se distanciar. O êxito da comunicação dependerá, inclusive, da seleção de formas linguísticas adequadas ao intento ou à situação de comunicação. Trata-se de um código social que, quando se transgride, pode causar prejuízo no relacionamento entre os interlocutores.

Seabra (2008) afirma que falar de referência em Onomástica implica falar em cultura, história e rede social, e que essa referência, observada na teoria do grupo social, está ligada a um jogo no qual os interlocutores mantêm um diálogo repleto de significações comuns. Portanto, devido à necessidade de nomear, diferenciar e indicar, o indivíduo, fundamentado no ambiente em que vive, “usa variadas estruturas linguísticas que combinam motivação, convenção e identificação, que são um produto psíquico da história sócio-político-cultural de um povo” (SEABRA, 2008, p. 1956-1959).

Segundo Dick (1990), o estudo dos antropônimos é importante porque “referem, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais”, permitindo e possibilitando à comunidade constituída adquirir uma “personalidade vivenciada através da nomeação dos seus membros”. A autora ressalta que esses antropônimos “são fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais” e que representam “verdadeiros registros do cotidiano”, que se manifestam nas atitudes e posturas sociais (DICK, 1990, p. 178).

Sabemos que, para nomear uma pessoa, diferentes formas de referência podem ser usadas: o nome próprio, uma alcunha, um hipocorístico, como *João*, *João da Silva* ou *Jojó*. O que leva uma pessoa ou uma comunidade a escolher entre essas formas é a nossa indagação.

Na busca de uma resposta para essa questão, tomamos como *corpus* uma amostra composta de vinte e quatro entrevistas com moradores de duas áreas geográficas distintas e índices

de população e desenvolvimento humano diversos: Aparecida do Mundo Novo (MG) e Belo Horizonte (MG). Elencamos as diversas formas de realização dos nomes próprios usados na referência.

Foram identificados dois tipos de situação: aquela em que a referência é efetivada diante do referido (referência direta), como em: “Ô, *Pati*, Cristina vai conseguir engravidar”, e outra em que a referência é efetivada na ausência do referido, ou seja, o interlocutor é outro e não aquele a quem se referiu (referência indireta), como aparece em: “Lembro, no::ssa, é, *Cristina de Valdomiro*”. Seleccionamos para esta análise as ocorrências em que a referência é indireta, ou seja, o interlocutor é outro e não aquele a quem se fez referência. Mais exatamente, quando as formas de nomear são usadas para fazer menção a uma pessoa específica. Algumas das ocorrências coletadas aparecem em (1-3).

- (1) ... igual meu médico, **dotor Manuel Fernandes**, ele falou...
- (2) **Lúcia de Tiburtina** falou que ia me entregar [pra], entregar nós.
- (3) Ái o minino também já morreu, o filho de **Zé de Zu**.

Conforme se observa, no enunciado (1), tem-se um título profissional acompanhado do nome próprio e do sobrenome; em (2), o nome próprio, sem sobrenome, acompanhado de outro nome, este último, ligado ao primeiro pela preposição “de”, expressando uma relação de parentesco; em (3), um nome próprio, foneticamente reduzido, seguido de outro nome próprio, também foneticamente reduzido, expressando relação de parentesco através da preposição “de”, tal como em (2).

As formas destacadas em (1-3) apresentam-se como recursos que estão disponíveis na língua para a referência.

O presente artigo vai-se organizar do seguinte modo: na seção 1, delineamos o objeto do nosso estudo. Na seção 2, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos sendo que, na subseção 2.1, apresentamos uma caracterização do processo de referência, tendo em vista o objeto de estudo; na subseção 2.2, abordamos a questão do paradigma de análise das redes sociais; na subseção 2.3, traçamos um breve panorama histórico-

-geográfico das comunidades pesquisadas, e, de acordo com as características dessas comunidades, identificamos o tipo de rede de relacionamento social que tende a estar presente em cada uma delas. Na seção 3, é feita a análise dos dados. E, finalmente, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

1 Pressupostos Teórico-metodológicos

Para este estudo, adotamos o conceito de referência proposto por Lyons (1977), conforme se verá a seguir. Tendo em vista que o nosso estudo analisa o comportamento de um fenômeno variável e que a nossa hipótese é de que essa variação está relacionada, principalmente, a fatores sociais, adotamos como arcabouço teórico a Sociolinguística Variacionista integrada à análise das redes de relações sociais.

1.1 O processo de referenciação

Sobre a referência, Lyons (1977) afirma que esta deve ser entendida como uma relação que se mantém entre uma expressão e o que ela significa em ocasiões particulares do discurso. Afirma que “sempre que dizemos que uma expressão de uma dada frase é dotada de referência, partimos do princípio de que a frase em questão foi ou podia ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto apropriado.” Se a referência ligar-se apropriadamente à expressão referencial usada pelo locutor, o interlocutor identificará corretamente o referente. (LYONS, 1977, p. 174).

Dentre as formas de referenciação, Lyons, tal como outros autores, distinguem os nomes próprios das demais.

Para o autor, os nomes próprios são menos referenciais do que as *descrições definidas*.²

Argumenta que

² Conforme Lyons (1977), pode-se distinguir as expressões referenciais em expressões singulares e gerais. As expressões referenciais singulares referem-se a indivíduos e as gerais referem-se à classe de indivíduos. Para o autor, as expressões que se referem a um indivíduo ou a classe de indivíduos são expressões definidas, e as que não se referem a um indivíduo ou classe de indivíduos – mas que se admite terem uma referência – são denominadas expressões indefinidas.

quando estamos conscientes de haver mais de um referente possível para o nome John, podemos tanto expandi-lo como um substantivo próprio mais complexo (John Smith) ou recategorizá-lo como um substantivo comum e adicionar algum material descritivo (O John que eu lhe apresentei noite passada). (LYONS, 1977, p. 21).

Assim, em um determinado contexto, quando se faz uso de uma expressão que possa satisfazer as condições desse contexto, pode-se dizer que a expressão refere-se ao seu referente. O uso de outra forma é feito pelo fato de se identificar um referente oferecendo ao interlocutor uma descrição suficiente, de forma que se possa distingui-lo de todos os outros indivíduos (LYONS, 1977, p. 149).

A partir dessas considerações, parece adequado afirmar que as formas referenciais em (1-3) são identificações especificadoras, pois oferecem ao interlocutor uma descrição mais detalhada. Esse grau de detalhamento informaria não só algo do ser referido como também do locutor. Conforme assinala Guerra (2004),

Quando uma expressão (usada naquela ocasião particular e sob condições relevantes) faz referência a seu referente, [...] é o locutor, na verdade, que faz referência, já que, no ato de referir-se, ele usa a expressão referencial. Assim, nesse modo de ver, quem investiga a que se refere uma expressão 'x' está investigando que locutor [...] usa a expressão 'x'. (GUERRA, 2004, p. 2).

Essa “presença” do locutor expressa-se através do material que ele selecionou ou escolheu para, ao lado do nome próprio, fornecer o que chamamos de detalhamento ou especificação do referente, e a que Lyons descreve como algo para se alcançar uma “descrição suficiente”.

Mas qual teria sido a razão da escolha feita pelo locutor?

Segundo SEIDE (2008), uma pergunta sobre por que determinado indivíduo ou determinado lugar recebeu certo nome pode ter uma resposta não trivial. Para a autora, é necessário considerar, além de motivações pessoais, os fatores históricos, sociais e culturais que levaram à escolha de um determinado nome em detrimento de outros e que, portanto, os usos que se

fazem de *apodos*, *alcunhas* e *hipocorítcos* podem mudar de acordo com cada cultura, uma vez que “o uso da linguagem não se faz senão no interior de uma comunidade linguística, formada por seres humanos que compartilham valores culturais construídos histórica e socialmente, de acordo com a sociedade da qual fazem parte” (SEIDE, 2008, p. 26-29).

Na busca de explicações para os diferentes modos de referenciação a pessoas, realizamos uma análise cujos resultados apresentaremos na seção 2.

Para o estudo, conforme afirmamos anteriormente, tomamos como *corpus* as diferentes formas de nomear pessoas numa amostra composta de 24 entrevistas com moradores de duas áreas geográficas distintas e índices de população e desenvolvimento humano diversos: Aparecida do Mundo Novo (MG) e Belo Horizonte (MG). Consideramos como variantes o prenome, o prenome acrescido de mais algum item e o prenome morfologicamente modificado, como: *Teresa*; *Teresa de Jovi* ou *Tetê*. Seleccionamos as ocorrências em que a referência é indireta, ou seja, o interlocutor é outro e não aquele a quem se fez referência. Apresentaremos análises qualitativa e quantitativa. As formas de referenciação foram codificadas, levando-se em conta fatores internos (tipo de material que acompanha nomes próprios e forma fonológica do nome próprio) e fatores externos (duas faixas etárias e dois níveis de escolaridade). O tratamento quantitativo foi feito a partir do programa estatístico de análise de dados variáveis *GOLDVARB/VARBRUL* (2001), o que possibilitou revelar alguns fatores favorecedores e desfavorecedores das variantes. Ressaltamos que ao estudo da variação linguística de vertente laboviana integramos a análise das redes sociais (MILROY, 1980; BORTONNI-RICARDO, 2011) dos falantes que compõem a amostra, com o intuito de verificar se as redes de relacionamentos das comunidades interferem no fenômeno estudado.

1.2 As redes de relações sociais

A noção de redes sociais foi desenvolvida pela antropologia e posteriormente trazida para os estudos linguísticos.

Mitchell (1973) considera que uma rede social é “basi-

camente pensada como o conjunto real de vínculos de todos os tipos no interior de um conjunto de indivíduos” (MITCHELL, 1973, p. 22).

Borttonni-Ricardo (2011) afirma que a análise de redes aplicada aos sistemas sociais é uma estratégia que se volta para as relações entre indivíduos em um determinado grupo e que, em um sentido estrito, “relaciona-se com a abordagem linguística variacionista que reconhece os padrões e a densidade da comunicação humana como uma variável intermediária entre a língua e as características socioecológicas da comunidade de fala” (BORTONNI RICARDO, 2011, p. 84).

Para Milroy (1980), os estudos sociolinguísticos de redes não somente correlacionam índices extralinguísticos com variáveis linguísticas, mas usam esses fatores extralinguísticos para explicar essas variáveis linguísticas.

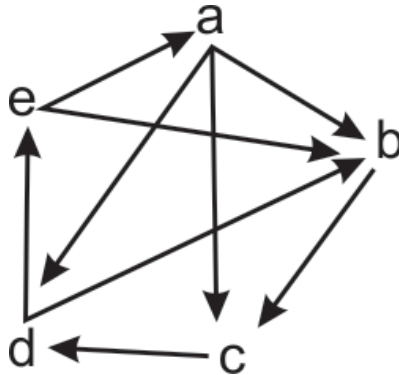
A autora, através do seu estudo sobre a variação vocálica no inglês falado em três comunidades proletárias de Belfast, verifica que, em grupos mais homogêneos, o emprego das variantes somente pode ser explicado através da observação das redes de relacionamentos existentes entre os membros do grupo. Afirma que as redes sociais representam os graus de contato entre indivíduos que se relacionam cotidianamente de acordo com duas propriedades: a densidade, que diz respeito à estrutura da rede, e a multiplexidade, que diz respeito ao conteúdo da rede (MILROY, 1980, p. 47-51).

Já que a densidade de uma rede é verificada através dos contatos dos indivíduos, isto quer dizer que quanto maior o número de pessoas que se conhecem entre si em um grupo, maior a densidade da rede. Por outro lado, uma rede em que poucas pessoas se conhecem mutuamente é uma rede frouxa, isto é, com pouca densidade.

Para descrever as pequenas sociedades e as sociedades de massa, Barnes (1954) usa as expressões “small mesh” (tessitura miúda) e “large mesh” (tessitura larga), respectivamente. Ou seja, as sociedades rurais ou de pequena escala são as de tessitura miúda, já as sociedades urbanas ou de massa são de tessitura larga (BARNES, 1954 *apud* BORTONNI-RICARDO, p. 91).

A noção de rede poderá ser compreendida, comparando

os dois sociogramas abaixo (Figuras 1 e 2).



Maria Alice Mota

154

FIGURA 1 – Estrutura de rede de alta densidade.
Fonte: (BORTONNI-RICARDO, 2011, p. 91).

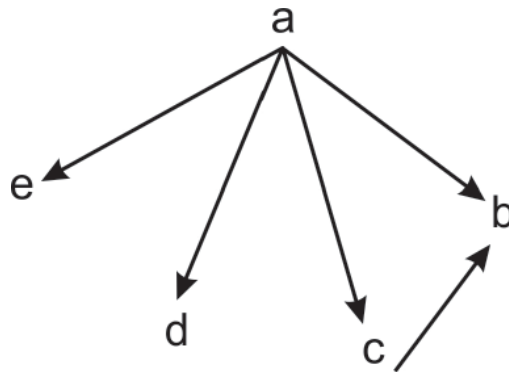


FIGURA 2 – Estrutura de rede de baixa densidade
Fonte: (BORTONNI-RICARDO, 2011, p. 92).

BORTONNI-RICARDO (2011) destaca outra característica importante nos conceitos de Barnes sobre a tessitura miúda e tessitura larga: o “grau de redundância dos vínculos da rede”. Isto é, se as pessoas estiverem ligadas de muitas formas, por exemplo, como parentes, colegas de trabalho, vizinhos, amigos etc., esse vínculo será multilinear, multiplex. Baseando-se em Milroy (1980), a autora argumenta que a densidade e multiplexidade tendem a ocorrer simultaneamente e são mais encontra-

das nos grupos sociais mais tradicionais e fechados. Já os grupos sociais mais abertos, “tendem à frouxidão e à uniplexidade das redes” (BORTONNI-RICARDO, 2011, p. 92).

Para a autora, as características das relações baseadas nos papéis sociais também seria mais um critério para diferenciar as sociedades de vilarejos das sociedades urbanas, já que nas pequenas comunidades, as pessoas interagem desempenhando diversos papéis sociais, o que propicia redes mais entrelaçadas, em que há dependência entre as pessoas para a reputação social. Já as pessoas que residem nos centros urbanos selecionam seus conhecidos em um conjunto mais amplo e podem exercer muitos tipos de relações sociais separadas por compartimentos.

Salienta a autora que estudos sociolinguísticos de redes, baseados em uma visão socioantropológica, apoiam-se na ideia de que redes densamente interrelacionadas tem maior resistência a forças de inovação e seus membros são isolados inclusive dos valores linguísticos, ao contrário das redes abertas, que são marcadas por preferência a essa linguagem culturalmente dominante ou suprarregional (BORTONNI-RICARDO, 2011, p. 97).

1.3 Breve panorama histórico-geográfico das regiões da coleta de dados

Os locais da coleta de dados são Aparecida do Mundo Novo (AMN), distrito de Montes Claros, cidade situada no Norte de Minas Gerais, e Belo Horizonte (BH), capital mineira, situada a oeste do Estado. Veja-se a localização de AMN em relação a BH no mapa (Figura 3).



FIGURA 3 – Localização de Aparecida do Mundo Novo e Belo Horizonte - MG

Aparecida do Mundo Novo é distrito do município de Montes Claros, situado no norte do estado de Minas Gerais, e está localizada a aproximadamente 100 km desse município. Ainda é uma região predominantemente rural, possui hoje aproximadamente 1.000 habitantes.

Segundo relato de moradores mais antigos, os primeiros habitantes de Aparecida do Mundo Novo chegaram em meados de 1938. Embora antiga, a comunidade ainda não conseguiu a sua emancipação, e, devido às condições de acesso, permanece isolada dos grandes centros urbanos. É uma comunidade predominantemente rural. No centro da localidade está a igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, onde acontecem as atividades religiosas e também sociais, como as festas tradicionais de julho, que reúnem toda a comunidade para homenagear a santa padroeira e outros santos.

Na comunidade, há apenas uma escola de ensino fundamental e médio. Os jovens que se interessam em continuar

seus estudos deslocam-se para o município de Montes Claros ou cidades mais próximas.

No que se refere aos grupos sociais, podemos afirmar que a maioria se conhece, estando ligados por laços de parentesco, de vizinhança ou amizade. Portanto, em relação às redes de relacionamentos entre os habitantes de Aparecida do Mundo Novo-MG, de acordo com Milroy (1980), os membros dessa comunidade estão integrados a redes densas e multipléxicas, de “tessitura miúda”, segundo Barnes (1957), pois há um alto grau de interação entre os moradores de diferentes faixas etárias, sendo que todos se conhecem pelo nome ou por referência a alguém da família.

Belo Horizonte-MG foi a cidade escolhida para o estudo comparativo, por tratar-se de um centro metropolitano que recebe pessoas de várias regiões.

Pertence à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e à Microrregião de Belo Horizonte. É a capital do Estado de Minas Gerais, com uma área de aproximadamente 330 km², possui uma geografia diversificada, com morros e baixadas, distando 520 km do Distrito de Aparecida do Mundo Novo-MG.

Cercada pela Serra do Curral, que lhe serve de moldura natural e referência histórica, foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa do estado mineiro. Passou por um acelerado crescimento populacional, chegando a mais de 1 milhão de habitantes com quase 70 anos de fundação. Entre as décadas de 1930 e 1940, experimentou um grande avanço na industrialização. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, sua população é de 2.375.444 habitantes. É a sexta cidade mais populosa do país. Hoje a cidade tem o quinto maior PIB entre os municípios brasileiros, representando 1,38% do total das riquezas produzidas no país.

A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional e até internacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político.

No que se refere à rede de relacionamentos sociais, poder-se-ia dizer que, Belo Horizonte, por se tratar de um grande centro urbano, aberto, com grupos mais heterogêneos, tende a

ter redes mais frouxas e menos densas, ou de “tessitura larga”, de acordo com Barnes (1957).

Veja-se, a seguir, como foi feita a estratificação da amostra composta por falantes dessas duas localidades (Quadro 1):

QUADRO 1 – Estratificação da amostra

Faixa etária	Gênero	Escolaridade	N.º informantes AMN/BH
26 a 49 anos	Masculino	Sem escolaridade	06
	Feminino	Ensino Médio	06
Acima de 50 anos	Masculino	Sem escolaridade	06
	Feminino	Ensino Médio	06

Maria Alice Mota

158

Conforme mostram as pesquisas sociolinguísticas, pessoas na fase adulta se preocupam com o modo de falar, buscando usar estilos mais formais, uma vez que estão numa etapa da vida em que se vai entrar ou se ascender no mercado de trabalho, concluir o processo escolar e outros indicativos de ascensão social³. Em vista disso, optamos, neste estudo, por testar essa faixa etária intermediária para verificar o índice de uso das formas analisadas fazendo uma comparação com a faixa etária dos idosos sem escolaridade.

2 A Análise

Nesta seção, serão apresentados os resultados da análise quantitativa da variável dependente <Formas de Referenciação>, cujas variantes são: o nome próprio isolado e o nome próprio com o modificador.

Tomamos como variável as realizações de formas de referenciação indireta a pessoas. Foram identificadas duas variantes, conforme mostra o Quadro 2:

³ Tem-se verificado uma estreita correlação dos fatores sociais com os fenômenos linguísticos. Labov (1990) observa que a faixa etária é um indicador do processo de variação. Em caso de variação estável, os mais jovens e idosos apresentam o mesmo comportamento contrapondo-se com a faixa etária intermediária. Para Chambers (1995, p. 107), as variáveis estáveis, portanto, são aquelas que estão bem estabelecidas em uma comunidade.

QUADRO 2 – A variável dependente

Variável	Variantes
Formas de referênciação	Nome próprio isolado
	Nome próprio + modificador

Portanto, na primeira etapa da análise, foram consideradas as variantes nome próprio isolado(4) e nome próprio com algum modificador (5).

(4) Vixi, lembro demais, era eu, **Berence...**

(5) **Tonin de Ramoni**, na época ele era dono +

*Formas de
referênciação:
um estudo de
caso*

Ao todo foram analisadas 826 ocorrências de formas de referênciação. Veja-se a distribuição de tais ocorrências (Tabela 1):

159

TABELA 1 – Distribuição das formas de referênciação nas amostras de AMN e BH

Formas de Referênciação	N.º de ocorrências/Porcentagens	
	AMN	BH
Nome próprio	681/85%	71/79%
Nome próprio + modificador	104/14%	20/20%
Total	826/ 99%	91/99%

Conforme se observa, nas duas amostras analisadas, num total de 826 ocorrências de formas de referênciação, foram encontrados 681 nomes próprios isolados e 104 nomes próprios com um modificador com estrutura SN (sintagma nominal) ou estrutura SP (sintagma preposicional). Vejam-se os exemplos abaixo.

(6) ... tava lembrando disso com **Daniel**. (nome próprio sem modificador)

(7) Quati, que é **Zé Quati**... (nome próprio + modificador SN)

(8) Dona Eva **de Ericetu** e... e.... depois né, a escola passou a ser estadual. (nome próprio + modificador SP)

Veja-se a distribuição desses modificadores conforme a estrutura sintática (Tabela 2):

TABELA 2 – Estrutura sintática modificadores em AMN e BH

Forma X	N.º de ocorrências/Porcentagens/PR	
	AMN	BH
Sintagma Nominal (SN)	15/16%	18/ 90%
Sintagma Preposicional (SP)	89/83%	2/9%
Total	104/99	20/99

Maria Alice Mota

160

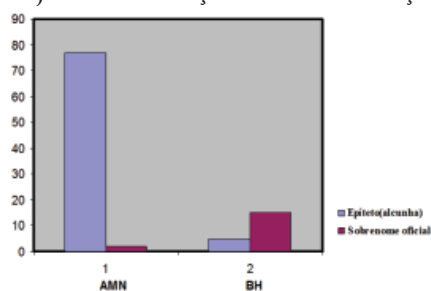
Veja-se que tipo de material segue o nome próprio, para que se investigue, posteriormente, as razões sociais dos modos de referência a pessoas (Tabela 3):

TABELA 3 – Tipo de material linguístico que segue o nome próprio em AMN e BH

Tipo de material	N.º de ocorrências/Porcentagens	
	AMN	BH
Parentesco	94/87%	0/0%
Ofício	2/2%	0/0%
Região de origem	3/4%	2/10%
Característica Física	3/4%	3/15%
Sobrenome Oficial	2/2%	15/74%
Total	104/99%	20/99%

Observa-se que, na amostra de AMN, o tipo de material que predomina é o parentesco (algunha), enquanto que, na amostra de BH, a predominância é do sobrenome oficial.

Veja-se a ilustração dessa diferença a seguir (Gráfico 1):



Para que se possa perceber melhor essa diferença, veja-se essa distribuição com seus respectivos pesos relativos, por amostra, a seguir (Tabelas 4 e 5):

TABELA 4 – Distribuição dos tipos de material linguístico na amostra de AMN

Formas nome próprio + x	N.º de ocorrências/ Total	%	PR
Parentesco (alcunha)	94/104	90	.99
Origem, ofício, característica física, sobrenome oficial	10/104	09	.01
Total	104/104		

TABELA 5 – Distribuição dos tipos de material linguístico na amostra de BH

Formas nome próprio + x	N.º de ocorrências/Total	%	PR
Parentesco (sobrenome oficial)	15/20	74	.99
Origem, característica física	5/20	25	.01
Total	20/20		

O fato de as formas parentesco (alcunhas) estarem presentes na fala dos moradores de AMN no lugar dos sobrenomes oficiais, ao nosso ver, poderia ser explicado pelas características dessa localidade: uma comunidade muito pequena, ainda predominantemente rural, em que vivem muitos membros de uma mesma família e por isso ocorreria uma sobreutilização do mesmo sobrenome. A alcunha serviria então para simplificar o pro-

cesso linguístico, ou seja, para uma identificação rápida e eficaz da pessoa no grupo social. Conforme Milroy (1980), as redes densas e multipléxicas das comunidades pequenas e tradicionais, como é o caso de Aparecida do Mundo Novo – onde todos se conhecem – funcionam como um mecanismo de reforço da norma partilhada entre os falantes de uma comunidade linguística. Os resultados apresentados permitem propor que os laços fortes entre os falantes dessa comunidade tendem a manter a norma partilhada entre eles.

A princípio, poder-se-ia pensar que o uso de tais alcunhas, por sua característica informal, faria parte da fala dos idosos de pouca escolaridade, porém o resultado da análise surpreende. Vejam-se, a seguir (Tabelas 6 e 7):

TABELA 6 – Distribuição das alcunhas conforme a faixa etária em AMN

Faixa etária	N.º de ocorrências/ Total	%	PR
26 a 49 anos	64/104	61	.56
De 50 anos acima	40/104	38	.44
Total	104/20		

O que os números acima revelam é que as alcunhas estão presentes na fala dos informantes adultos e idosos, e esse dado constitui uma evidência de que não se trata de uma inovação na comunidade. Poderíamos considerar também o fato de que, nessa pequena comunidade, todos se conhecem e, ao contrário de uma grande cidade, os laços são mais estreitos, portanto, os falantes rejeitariam a formalidade e a frieza dos sobrenomes oficiais e estariam preservando até os dias de hoje formas advindas de um passado mais remoto⁴.

⁴ Vasconcellos (1928) afirma que, desde a Idade Média e até o século XVIII, em algumas zonas rurais portuguesas, as pessoas eram conhecidas pelo nome próprio, ao qual era acrescentado o patronímico, para os homens, e o matronímico, para as mulheres. A partir do fim da Idade Média, numa lenta transição das *urbes* para o campo, e do litoral para o interior, os patronímicos tenderam a fixar-se, transmitindo-se sempre o mesmo, já como sobrenome de uma dada família que o usa em comum.

TABELA 7 – Distribuição das alcunhas conforme o nível de escolaridade

Nível de escolaridade	N.º de ocorrências/Total	%	PR
Sem escolaridade	42/104	40	.41
Ensino Médio	62/104	59	.59
Total	104/104		

Embora os dois grupos de falantes utilizem as alcunhas, fica claro que os de escolaridade média apresentam probabilidade de uso significativamente mais alta do que os sem escolaridade. Esse resultado é surpreendente, pois o que se esperava era o contrário, isto é, que os falantes sem escolaridade optassem pela realização mais informal e íntima, evitando nomes próprios. Ao contrário disso, os demais informantes que tiveram acesso à escola e maior contato com a cidade é que optaram pelo uso das alcunhas. Martins Ramos, em seu estudo *Alcunhas Alentejas*, afirma que o aumento da escolarização parece ser “mecanismo sem força” em relação ao uso das alcunhas (MARTINS RAMOS, 2003, p. 53).

*Formas de
referenciação:
um estudo de
caso*

163

2.1 Os nomes próprios: suas alterações formais

Chamou a nossa atenção a multiplicidade de realizações morfofonológicas dos nomes próprios documentadas na amostra. Ressaltamos que muitos dos nomes próprios, quer os isolados, quer os acompanhados por algum modificador ou os que compõem o próprio material modificador (SN) e (SP) aparecem alterados por abreviação, por reduplicação ou por sufixação. Resolvemos então, nesta etapa, quantificar todas essas alterações. Veja-se abaixo (Tabela 8):

TABELA 8 – Nomes próprios conforme realização morfofonológica

Nome próprio	N.º de ocorrências/Porcentagens/PR	
	AMN	BH
Sem alteração formal	449/59%/.66	69/75%/.94
Com alteração formal	286/40%/.44	22/24%/.06
Total	735/99%	91/99%

O que se percebe pelos números apresentados é que os falantes de AMN alteram mais os nomes próprios que os falantes de BH. Na amostra de AMN, encontramos também muitas ocorrências em que o falante altera tanto o nome anterior ao material quanto o nome interno ao material. Todas as alterações foram computadas e perfazem um total de 735. Veja-se, pois, de que formas tais alterações ocorrem (Tabela 9):

TABELA 9 – Formas de alteração do nome próprio

Nome próprio com alguma alteração	Nº. ocorrências/Porcentagens	
	AMN	BH
Isolado	232/80%	20/90%
Anterior ao material	17/6%/	2/9%
Interno ao material	22/8%	0%
Anterior e interno ao material	15/5%	0%
Total	286/99%	22/99%

Através das duas amostras, é possível observar que o falante modifica mais o nome próprio se este aparece isolado. Isso quer dizer que essas alterações não são aleatórias. Poder-se-ia afirmar que usar um modificador implicaria menor necessidade de fazer alterações no nome próprio. Porém, na fala dos habitantes de AMN, há muitas ocorrências de nomes modificados mesmo com a presença de um sintagma modificador. Ao que parece, se o nome modificado é muito comum, esse falante sente a necessidade de acrescentar o modificador. O nome ‘Zé’, por exemplo, é usado 37 vezes, e dessas, somente em uma única vez aparece isolado e sem um modificador.

Vejam-se quais os tipos de alterações morfofonológicas ocorrem nos nomes próprios, a seguir (Tabela 10):

TABELA 10 – Tipos de alteração morfofonológica no nome próprio

Tipo de alteração morfofonológica	Nº. ocorrências/Porcentagens	
	AMN	BH
Forma diminutiva	86/30%	6/7%
Forma aumentativa	11/4%	0/0%

Forma reduzida	148/51%	5/5%
Forma duplicada	23/8%	11/12%
Outras formas	18/6%	0/0%
Total	286/99%	22/99%

A tabela acima esclarece os diferentes tipos de alterações morfofonológicas usados pelos falantes. Estudos como Monteiro (1983), Brito (2003), Dubois *et al.* (2004) afirmam que essas palavras alteradas por esses processos são usadas numa linguagem familiar para indicar carinho afetividade, o que corrobora a nossa ideia de que o uso reiterado dessas formas em AMN está relacionado à característica dessa pequena comunidade e às relações estabelecidas entre os seus habitantes.

Considerações Finais

Com o estudo, foi possível verificar que, na fala dos moradores de AMN, o material ‘parentesco’ predominante é a alcunha (formada por patronímico, matronímico ou formas feitas por analogia), enquanto, em BH, o material predominante é o sobrenome oficial. Há indicações de que a sobrevivência e a persistência desse uso em AMN decorreriam do isolamento a que a comunidade tem sido submetida em seu percurso histórico, isolamento esse que conservou essa comunidade até hoje predominantemente rural.

A análise mostra que os processos de referenciação obedecem, na fala popular atual de não letrados e pouco letrados, aos mesmos parâmetros observados na história das línguas românicas, em que os sobrenomes oficiais correspondem aos apelidos.

A análise também mostra que, em AMN, tanto as alcunhas como os demais apelidos estão presentes na fala das duas faixas de escolaridade pesquisadas, porém é predominante na faixa dos mais escolarizados, o que é um resultado surpreendente, pois o que se esperava é que o maior número de apelidos ocorresse na faixa dos que têm menor escolaridade.

Verificou-se que os falantes de AMN alteram mais os

nomes próprios que os falantes de BH, quer seja por abreviação, por reduplicação ou por sufixação. Essa alteração poderia estar ligada à rejeição da comunidade à ausência de significado sentimental ou simbólico dos nomes próprios isolados e dos sobrenomes oficiais. E essa rejeição estaria ligada, por sua vez, aos tipos de relações sociais existentes entre os habitantes dessa comunidade.

O fato de as alcunhas estarem presentes na fala dos informantes adultos e idosos de AMN constitui uma evidência de que não se trata de uma inovação na comunidade.

Tendo em vista os resultados, verifica-se, portanto, que, em relação às formas de referenciação, a fala dos habitantes de Aparecida do Mundo, Norte de Minas Gerais, apresenta-se diferenciada da fala dos habitantes de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Por que isso ocorre? Apoiando-se numa visão socioantropológica, consideramos que em AMN, as redes sociais são densamente interrelacionadas e multipléxicas. Há, pois, um sentimento de pertença ao grupo de que fazem parte, e os laços íntimos que mantêm entre si reforçam o vernáculo local, o que resulta em resistência a forças de inovação. Dessa forma, mantém-se a identidade social e linguística dessa comunidade, e essa manutenção pode ser atribuída a uma espécie de acordo ou aceitação das normas particulares de uso das variadas formas de referenciação, que funcionam como um importante marcador da cultura dessa comunidade.

FORMS OF REFERRAL: A CASE STUDY

Abstract: The objective of this paper is to investigate the variation in referral forms, making it possible to reveal the socio cultural characteristics of the surveyed communities. The data treatment methodology is the Variation Theory integrated with the analyses of the social relationship networks of the informers. For this study it was analyzed a sample composed of 24 interviews with residents of two distinct geographical areas and diverse population indexes of human development. The results showed that in the community with low population index, it is more frequent

the use of the morphological modified first names. The results are attributed to the density degree of the identified networks in the analyzed communities.

Keywords: Referral. Variation. Networks.

Referências

BARNES, J. A. Class and committees, in a Norwegian Island Parish. In: BORTONNI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BORTONNI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BRITO, Cristina. *Hipocorístico: um identificador ou apenas um trato carinhoso?* Disponível em: <www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-09.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1990.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. Traduzido por BARROS, Frederico P. et al. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. Um estudo do aspecto da oralidade no discurso literário. In: XIX ENANPOLL. 20 anos de ANPOLL. *Trabalho apresentado*, GT Descrição do Português,

Maceió, AL, jul. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades/default.php>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

LABOV, William. The anatomy of style-shifting. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John. (Org.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, v. 2, p. 205-254, 1990.

Maria Alice Mota

168

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. Massachusetts, Blackwell, 1980.

MITCHELL, J. C. Networks, Norms and Institutions. In: BORTONNI-RICARDO, Estella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MONTEIRO, José Lemos. Processos de formação de hipocorísticos. *Revista da Academia Cearense de Língua Portuguesa*. Fortaleza, 1983.

SEABRA, Maria Cândida T. C. Referência e onomástica. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 1953-1960.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Uso de antropônimos como elementos coesivos. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 23-35, jul./dez., 2008.

VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa*: tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

*Formas de
referenciação:
um estudo de
caso*

169